



Comissão holandesa para
a Avaliação Ambiental

Relatório e observações da Audiência Pública em Tete sobre produtos Agenda multissetorial/AAE/ PEOT do Zambeze (26 a 27 de Março de 2015)

Memorando da NCEA

MOÇAMBIQUE



10 de Abril de 2015



Parecer do Secretariado

Para Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, UATA

Att. Sr. Roberto Mito, Sra. Helena Ribeiro

De A Comissão Holandesa para a Avaliação Ambiental, a NCEA
("The Netherlands Commission for Environmental Assessment")

Data 10 de Abril de 2015

Assunto **Relatório e observações sobre a Audiência Pública em Tete sobre produtos
Agenda Multissetorial/AAE/PEOT do Zambeze (26 a 27 de Março de 2015)
– Moçambique**

Pelo: Secretariado da Comissão Holandesa para a Avaliação Ambiental –
Sr. Reinoud Post

Parecer 2015-09

1. Introdução

Conforme os Termos de Referência da Comissão Holandesa para a Avaliação Ambiental (a NCEA) sobre a sua participação no projecto de elaboração da Agenda multisectorial/AAE/PEOT/modelo digital do Zambeze (assinado em Março de 2014) a NCEA recebeu um convite da UATA (a unidade de apoio técnico e administrativo da ADVZ e da MICOA) para participar nas Reuniões da 1ª Audiência Pública e na CAS.

O convite de participação fora feito pelo facto do consórcio TPF ter disponibilizado os produtos correspondentes às 1ª e 2ª fases de produtos da Agenda multisectorial/AAE/PEOT e a sua participação em Abril e Maio na primeira rodada do processo de participação.

2. O envolvimento da NCEA desde a fase inicial

A 25 de Março de 2014, a NCEA participou na reunião de abertura do Zambeze (PM/AAE/PEOT e MD). Desde então, a UATA solicitou o apoio da NCEA quanto à verificação da qualidade das diferentes versões do Relatório de Abertura ("Inception Report"), documentadas em dois Relatórios de assessoria do Secretariado da NCEA (pareceres de Maio 2014-05 e Junho 2014-06). O Relatório de Abertura foi concluído no início de julho e o Sr. Roberto Mito (ADVZ) fez uma breve visita à NCEA em julho para transmitir as últimas informações sobre o progresso da TPF. Em agosto e setembro, a sra. Helena Ribeiro (coordenadora da UATA) voltou a informar a NCEA sobre o progresso.

Em Outubro de 2014, a UATA forneceu informações de base sobre a situação dos trabalhos desenvolvidos pela TPF, incluindo algumas das suas preocupações, e solicitou a opinião da NCEA sobre os produtos disponibilizados (1ª fase da Agenda multisectorial/AAE/PEOT, publicados online em plataforma digital no dia 29 de Setembro de 2014). A UATA explicou que estes produtos eram essenciais para a definição das fases subsequentes e que portanto a opinião, o entendimento e a orientação da NCEA seriam de grande importância para a UATA. Em novembro, a NCEA aconselhou sobre a revisão dos produtos da 1ª fase por meio de um Relatório de assessoria 2014-18 de 14 de Novembro de 2014).

A UATA enviou este Relatório de assessoria da NCEA para a TPF, além das recomendações anteriores da MICOA/DPE/DINAPOT e MPD/ADVZ para a TPF. Subsequentemente, a UATA aguardaria pela revisão dos produtos da 1ª fase na qual as observações da MICOA/MPD seriam abordadas, bem com as questões colocadas pela NCEA.

No dia 19 de dezembro de 2014, a UATA enviou um documento por correio contendo os comentários da TPF às questões da NCEA. A UATA também confirmou a receção dos produtos da 2ª fase (publicados na plataforma digital a 19 de Dezembro de 2014). Quanto à reunião da CAS e às Audiências Públicas, a UATA explicou que as mesmas ainda não foram realizadas, já que legalmente elas têm de ser planificadas pelo MICOA-DINAPOT. Além disso, a UATA menciona que em relação aos produtos recebidos, encerrarão 2014 com uma taxa de execução de 65% e que o atraso nos "deliverables" foi reduzido de 3 meses para 1 mês. A UATA (ainda) não deu a sua opinião se está ou não satisfeita com a revisão dos produtos da 1ª fase e/ou com as respostas às preocupações e questões da NCEA. Além disso, a UATA não fez um pedido específico solicitando ações futuras por parte da NCEA (por ex. em relação à revisão dos produtos da 1ª fase e/ou da 2ª fase).

No início de 2015, a NCEA enviou à UATA a sua reação ao documento de 12 páginas da TPF intitulado "Respostas ao parecer da NCEA de 14/11/2014 relativo aos produtos entregues a 29/09/2014, correspondentes a fase 1" e efetuou um controlo rápido dos documentos revistos da 1ª fase. A NCEA também fez uma breve análise dos produtos da 2ª fase com foco na forma de desenvolvimento dos cenários. As observações foram encaminhadas para a UATA por e-mail com anexos no dia 7 de janeiro de 2015.

No dia 2 de março de 2015, a UATA enviou uma versão atualizada (desta vez composta por 24 páginas) do documento "Respostas ao parecer da NCEA de 14/11/2014 relativo aos produtos entregues a 29/09/2014, correspondentes a 1ª fase". Em meados de Março, a UATA convidou a NCEA para participar nas Audiências Públicas em Caia e Tete em Abril e na reunião da CAS em Maio.

3. Relatório da NCEA sobre a Audiência Pública em Tete.

Neste relatório a NCEA não expressa a sua opinião sobre a qualidade dos estudos subjacentes às apresentações da TPF durante esta Audiência Pública. O conselho sobre a mesma é dado em Relatórios de assessoria separados como indicado no 2º capítulo. Este relatório dá uma impressão sobre a Audiência Pública tal como observada pela NCEA. Além disso, confere uma avaliação do evento e a sua inserção/integração no planeamento e processo de AAE.

4. A Audiência Pública em Tete

Comunicado

A Audiência Pública foi anunciada usando um comunicado de imprensa e mensagens em emissoras de rádio.

Comparência na Audiência Pública:

As seguintes partes interessadas e agentes participaram na Audiência Pública:

- **Governo**
Presidente da sessão Reinaldo Mendiante (Diretor Nacional de DPE MICOA/MITADER)
- **UATA**
Helena Ribeiro (ADVZ, responsável pela gestão do processo)
Chango (ADVZ, administrador)
Salvo Chamo (MICOA/MITADER)
???????
- **Equipa de consultoria**
Paulo Oliveira (MSP), Adelina (AAE), Gorge Cancela (PEOT), Rosa Silverio, Adriano Silva, Madelena Dray (dept. relações), funcionária da administração local, M. Mestre, Carlos Litulo, consultor local.
Facilitador: M. Jose Chiburre
- **Outros presentes:**
 - Célia Jordão, da Embaixada dos Países Baixos;

- Roberto Mito não esteve presente devido a uma reunião política da FRELIMO;
- Reinoud Post, da Comissão Holandesa para a Avaliação Ambiental;
- dois diretores regionais (mineração e meio-ambiente);
- muitos administradores distritais;
- pessoal técnico distrital, regional e de outras agências (entre outras a ARA Zambeze);
- muitas ONGs locais e internacionais (entre outras a IUCN – Maria-Regina Cruz);
- nenhum investidor/empreendedor (embora convidados);
- um total de 80 a 90 pessoas.

Objetivo da reunião de participação pública:

Veja o comunicado de imprensa e a mensagem em emissoras de rádio.

Informação de participantes antes e durante a reunião:

- acesso a relatórios de consultoria em Maputo, Tete e Caia (veja o comunicado de imprensa);
- versão impressa do Resumo Executivo dos documentos da 1ª e 2ª fases na cabine de registo e pendrive com os documentos;
- programas e anúncio (com um formulário para perguntas e observações no verso) na cabine de registo;
- apresentações em Powerpoint nos dois dias consecutivos.

Programa:

Duas sessões das 8h00 às 12h45 (26 de Março de 2015) e das 7h45 às 13h00 (27 de Março de 2015). Durante o primeiro dia da Audiência Pública, além da apresentação do programa, os participantes foram solicitados a fazer uma breve apresentação pessoal.

Recetividade da audiência conforme observada pela NCEA:

- na generalidade, a audiência seguiu fielmente as apresentações;
- durante os dois dias, muitas perguntas e observações foram feitas durante intervalos de tempo definidos;
- a equipa de consultoria colocou as suas questões uma a uma (conforme o conhecimento especializado de cada membro);
- a equipa de consultoria recolheu muitas perguntas por escrito (aproximadamente umas 70) que a equipa de consultoria levou para casa;
- não houve debate durante os dois dias. Apenas perguntas e repostas. A organização do programa não dava espaço para debate: O programa não previa painéis de intervenientes; a equipa de consultoria não convidava para debate.

Natureza das observações e perguntas (impressão não-exaustiva):

- o DG do MITADER indicou a necessidade de rever a visão de acordo com os temas principais do novo governo;
- os administradores distritais corrigiram erros nos dados e sugeriram opções de desenvolvimento para os seus distritos;
- o setor de transporte é muito mais do que apenas o eixo principal. O desenvolvimento da agricultura requer a inclusão de estradas de fornecimento;
- o setor hídrico é um setor específico e deve ser tratado como tal;
- as mudanças climáticas são muito importantes. O horizonte de planeamento de 30 anos será adequado?

- O planeamento espacial deve ser feito com a participação dos distritos (pertence ao domínio dos distritos);
- a preservação também é um setor;
- já existem conflitos de terra na Angonia (agricultura/pecuária e florestas). A destruição das florestas é um problema grave;
- as áreas de reinstalação devem ser incluídas no plano espacial;
- como são determinados os riscos de inundação e áreas inundáveis. Quanto a isto a pesquisa detalhada ainda está em andamento;
- os dados sobre a irrigação planificada não estão corretos e completos;
- nem todas as opções de potência hídrica foram incluídas;
- o estudo está a ser feito rápido demais e de forma superficial. Fazer um estudo mais aprofundado;
- Gurro tem ouro, carvão e giz. Estes não são mencionados nos mapas apresentados;
- a vulnerabilidade dos ecossistemas requer mais atenção. A eficiência da utilização das barragens hidroelétricas existentes requer atenção;
- não há uma quantificação de cenários: factualmente, estamos a falar sobre o quê?
- Não está evidente como a economia amiga do ambiente, na qual Moçambique está envolvido, está integrada nos cenários (por ex. no setor dos transportes);
- embora tenhamos Cahora Bassa, não temos eletricidade;
- Nem todas as minas de carvão respeitam todas as regras ambientais e sociais. Não existe inspeção nem controlos de cumprimento;
- o estudo não apresenta indicadores nem mostra o ponto de situação atual e os objetivos a serem alcançados;
- será realista sugerir um cenário que todas as capitais de distritos tenham o seu próprio aeroporto?
- O tópico turismo não foi adequadamente desenvolvido;
- o transporte de carvão coloca uma pressão excessiva nas estradas existentes de Moatize;
- qual é a base para as escolhas feitas em cenários alternativos?
- O projeto de modelar do Zambeze sofreu um grande atraso devido às eleições e à reestruturação do governo;
- a erosão é um problema grave no norte que deve ser abordada;
- como é que o modelo espacial está ligado aos acontecimentos (crescimento) em países vizinhos?
- O plano de transporte deve incluir zonas de armazenagem na área de Moatize;
- os administradores distritais devem comunicar as questões tratadas nesta Audiência Pública a nível local!

Observações da NCEA:

- O evento foi bem organizado. O espaço era muito apropriado. As informações relevantes foram publicamente disponibilizadas por vários canais de comunicação (internet, fisicamente em três locais diferentes) e com bastante antecedência. A NCEA desconhece se todas as localidades da área de estudo têm acesso à internet e, portanto, não pode avaliar este aspeto.
- Para um determinado número de funcionários do governo foram disponibilizados fundos para poderem participar na audiência.
- A impressão geral da sessão de participação pública é favorável. Uma boa presença, boa receptividade do público e observações qualitativamente adequadas. O consultor respondeu às questões da audiência em grupos e em várias ocasiões perguntou ao interveniente que colocara a questão se estava satisfeito com a resposta.

- Durante a Audiência, os apresentadores não verificaram quantos participantes aproveitaram a oportunidade de consultar os documentos subjacentes. Seria útil terem feito uma tal verificação.
- Pontos críticos:
 - Como primeira Audiência Pública foram tratados assuntos que pertenciam à fase avançada do processo. A primeira Audiência Pública devia ter abordado assuntos exclusivos à recolha de dados e dados recolhidos. Nesta Audiência Pública, foram abordados dados preliminares, cenários e até mesmo uma primeira proposta para um modelo espacial.
 - O facto de que a parte da reunião sobre a visão, os cenários setoriais, o cenário de referência, o cenário comum e cenários alternativos, e a proposta para um modelo espacial serem apresentadas pelo consultor e não pelas autoridades, fundamenta que estes itens eram fruto do trabalho do consultor e não do processo participativo realizado em escritórios em Moçambique. Ainda não existe qualquer prova de propriedade de qualquer um destes "produtos" do processo de planificação nos setores (a nível governamental e a nível privado) e nas estruturas de tomada de decisão de Moçambique. Isto significa que nos passos seguintes, o processo terá que retroceder a cada uma destas etapas consecutivas e ser refeito, mas agora de forma participativa. Esta necessidade de refazer o processo de forma participativa poderá dar origem a uma visão, cenários (setor, referência, cenário comum e cenários alternativos) e modelo espacial bastante diferentes.
 - Embora anunciado como objetivo, não houve debate. Tratou-se de perguntas e respostas.
 - Embora convidados, não houve a participação de representantes do setor privado (empresas), sendo o setor privado uma parte interessada muito importante, já que será confrontado com as consequências do cenário de desenvolvimento e o plano físico (PEOT).

5. Comentários finais e uma via de progresso sugerida

A reunião do CAS está prevista para a semana de 4 a 8 de Maio de 2015. Este evento de uma semana oferece a oportunidade de integrar o elemento participativo no processo, que até agora esteve ausente. A NCEA sugere que a UATA aproveite esta oportunidade. Uma planificação cuidada do programa para esta semana é crucial. A NCEA oferece-se para agir como parceiro de formação para a UATA na elaboração do programa para essa semana. Alguns dos passos participativos ainda não efetuados podem ser inseridos nessa semana. Estes passos incluem:

- uma avaliação conjunta da qualidade do trabalho de consultoria efetuado até agora;
- desenvolver uma visão conjunta;
- desenvolver cenários setoriais, operacionalizar a sustentabilidade por setor, formulação conjunta do cenário comum e de cenários alternativos.

A NCEA sugere que a UATA assuma a liderança durante essa semana e que o consultor esteja presente como observador e fornecedor de explicações/demonstrações sobre produtos que o consultor tenha produzido até então. A NCEA sugere que toda a equipa responsável por componentes do contrato de consultoria estejam disponíveis durante essa semana (inclusive o model digital).